

Editorial

O segundo volume do ano de 2008 da Revista Direito & Justiça pretende compartilhar com a comunidade acadêmica esta coletânea de textos que apresenta uma análise científica acerca da crise enfrentada pela sociedade contemporânea em relação ao sistema penal, à criminalidade e aos direitos humanos.

No primeiro texto – *A criminalidade econômica e a política criminal: desafios da contemporaneidade* – Ney Fayet de Souza Júnior trata do incremento punitivo, capitaneado por um discurso que acentua a necessidade de proteção jurídica das relações econômicas, em face dos inegáveis interesses estatais nesse setor social.

No segundo artigo – *Segurança pública e direitos fundamentais* – Rodrigo Ghringelli de Azevedo e Maura Basso realizam a análise da segurança pública à luz da Constituição Federal.

Na seqüência Flávio Cruz Prates e Neusa Felipim dos Anjos Tavares apresentam o texto *A influência da mídia nas decisões do conselho de sentença*, e didaticamente desvelam as peculiaridades e funções do Tribunal do Júri e a influência da mídia nas decisões do Conselho de Sentença.

Com o artigo *A existência em crise e sua repercussão no direito penal*, Betina Heike Krause Suecker aborda a relação entre o Direito Penal e a crise da existência humana, ao contextualizá-los com a corrente psicológica do humanismo e com o existencialismo, um movimento filosófico evidenciado especialmente no período pós-segunda guerra mundial.

No texto *Tecnociência, vigilância e sistema penal: a superação de paradigmas e as novas perspectivas sob o viés tecnológico*, João Ricardo Hauck provoca uma profunda reflexão acerca do avanço da tecnociência e suas conseqüentes patologias sociais, sobretudo a intensa vigilância (im)posta pelas modernas tecnologias.

Em *Direitos humanos, dignidade da pessoa humana e a questão dos apátridas: da identidade à diferença*, Gustavo Oliveira de Lima Pereira e José Carlos Moreira da Silva Filho Pereira denunciam que o problema dos apátridas revela a crise de sentido que atravessa as relações humanas na modernidade. Diante desse entendimento, analisam a insuficiência do argumento da dignidade da pessoa humana, que em sua dimensão abstrata e nos moldes das declarações de direitos, já não comporta mais a complexidade revelada pelos abalos estruturais do mundo moderno.

Carolina de Freitas Paladino finaliza esta edição com o artigo *A recepção dos tratados de direitos humanos, uma velha discussão com uma nova roupagem após a reforma do judiciário advinda com a emenda constitucional no. 45 de 2004* que propõe a discussão sobre a recepção dos tratados internacionais de direitos humanos, com isso será dividido em três partes: uma discussão sobre a soberania dos Estados, na seqüência sobre Tratados Internacionais de uma forma geral, e, por fim, abordará sobre os Tratados de Direitos Humanos e a sua recepção.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da PUCRS, assim como as produções de outras instituições de ensino jurídico que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.